

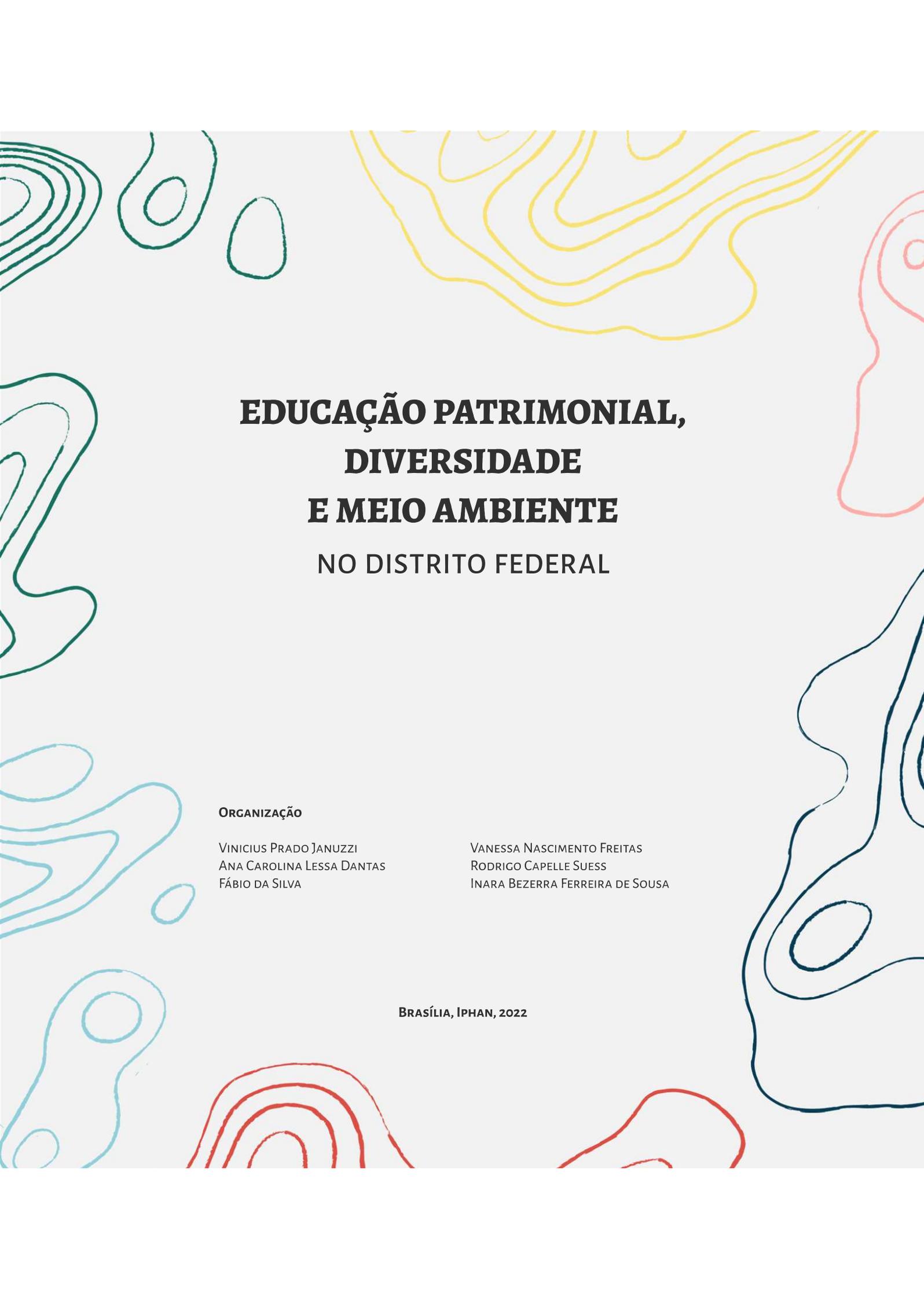
**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL,
DIVERSIDADE
E MEIO AMBIENTE**
NO DISTRITO FEDERAL

ORGANIZAÇÃO

VINICIUS PRADO JANUZZI
ANA CAROLINA LESSA DANTAS
FÁBIO DA SILVA

VANESSA NASCIMENTO FREITAS
RODRIGO CAPELLE SUESS
INARA BEZERRA FERREIRA DE SOUSA

IPHAN



**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL,
DIVERSIDADE
E MEIO AMBIENTE**
NO DISTRITO FEDERAL

ORGANIZAÇÃO

VINICIUS PRADO JANUZZI
ANA CAROLINA LESSA DANTAS
FÁBIO DA SILVA

VANESSA NASCIMENTO FREITAS
RODRIGO CAPELLE SUESS
INARA BEZERRA FERREIRA DE SOUSA

BRASÍLIA, IPHAN, 2022

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Turismo

Carlos Alberto Gomes de Brito

Secretário Especial da Cultura

Hélio Ferraz de Oliveira

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Larissa Peixoto

Diretores do Iphan

Arlindo Pires Lopes

Arthur Lázaro Laudano Bregunci

Leonardo Barreto

Roger Alves Vieira

Tassos Lycurgo

Superintendente do Iphan no Distrito Federal

Saulo Santos Diniz

Governo do Distrito Federal**Governador**

Ibaneis Rocha Barros Junior

Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal

Hélvia Miridan Paranguá Fraga

Subsecretária de Educação Inclusiva e Integral

Vera Lúcia Ribeiro de Barros

Gerente de Educação Ambiental, Patrimonial, Língua Estrangeira e Arte-Educação

Sílvia Alves Ferreira Pinto

Créditos da publicação

Educação Patrimonial, Diversidade e Meio Ambiente no Distrito Federal

Organização

Vinicius Prado Januzzi

Ana Carolina Lessa Dantas

Vanessa Nascimento Freitas

Rodrigo Capelle Suess

Fábio da Silva

Inara Bezerra Ferreira de Sousa

Autores

Alessandra Lucena Bittencourt

Ana Carolina Lessa Dantas

Átila Bezerra Tolentino

Beatriz Coroa do Couto

Beatriz de Oliveira Alcantara Gomes

Cláudia Garcia

Fabiana Maria de Oliveira Ferreira

Hugo de Carvalho Sobrinho

Ilka Lima Hostensky

Laura Ribeiro de Toledo Camargo

Luís Fernando Celestino da Costa

Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida

Maria Andreza Costa Barbosa

Marielle Costa Gonçalves

Maurício Guimarães Goulart

Paulo Moura Peters

Rodrigo Capelle Suess

Rosinaldo Barbosa da Silva

Sônia Regina Rampim Florêncio

Vanessa Nascimento Freitas

Vinicius Prado Januzzi

Projeto gráfico e diagramação

Carolina Menezes

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

www.iphan.gov.br

publicacoes@iphan.gov.br

iphan-df@iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

E24

Educação patrimonial, diversidade e meio ambiente no Distrito Federal / Organização, Vinicius Prado Januzzi... [et al.]. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : IPHAN, 2022. 251 p.

Modo de acesso: www.iphan.gov.br

ISBN: 978-65-86514-82-7

1. Educação patrimonial. 2. Educação profissional. I. Januzzi, Vinicius Prado.

CDD 370.115

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120

Educação Museal: Relações e Interconexões possíveis

ELABORADO POR

Marielle Costa¹

Átila Tolentino²

1. Notas introdutórias

Até aqui, você foi convidado(a) a conhecer conceitos importantes relacionados ao patrimônio cultural e como vários deles são abordados na Educação Patrimonial.

Você deve ter notado que o desenvolvimento social, os processos históricos, os contextos geográficos e políticos são definidores das diferentes acepções e categorias do patrimônio cultural, já que esse é um conceito que responde às necessidades da vida em sociedade, sempre em contínua transformação. O museu também faz parte dessa dinâmica, pois nele estão representados

o patrimônio cultural e a memória coletiva de distintos grupos sociais.

No Distrito Federal, dispomos de mais de 60 museus e instituições culturais. Vários deles já integram os cronogramas e atividades de nossas escolas e são também destino certo de demais visitantes, sejam eles turistas ou moradores locais.

Neste módulo, vamos conhecer conceitos básicos relativos ao museu e verificar que a ele se estende a amplitude de significados e concepções moldados na conformação das culturas brasileiras. Esses conceitos refletem a longa trajetória das práti-

cas museais e seus impactos sociais. Entre eles está a **Educação Museal**, cujos propósitos e ações são definidos por características próprias e integram aspectos diversos, tanto do museu, como de outros processos educativos que permeiam a vida em sociedade.

Estamos convencidos de que um conhecimento mais profundo dessa modalidade permitirá uma nova percepção das potencialidades dos processos educativos que extrapolam as paredes da escola. Que seja um caminho cheio de boas e gratificantes surpresas. Vamos lá?

¹ Licenciada em Artes Visuais (2009). Servidora do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, desde 2018 é chefe da Divisão de Educação da Coordenação de Museologia Social e Educação – COMUSE, área responsável pelas ações referentes à Política Nacional de Educação Museal e pela plataforma de difusão de conhecimento Saber Museu, além do assessoramento técnico aos setores educativos dos museus geridos pelo Ibram.

² Graduado em Letras e especialista em Gestão de Políticas Públicas de Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Economia. Já atuou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), onde coordenou as ações de educação patrimonial da Casa do Patrimônio da Paraíba e assumiu a coordenação de Gestão Museológica do Departamento de Museus e Centros Culturais.

2. Conceitos essenciais ao campo dos museus

Vocês já se perguntaram [o que é um museu?](#)

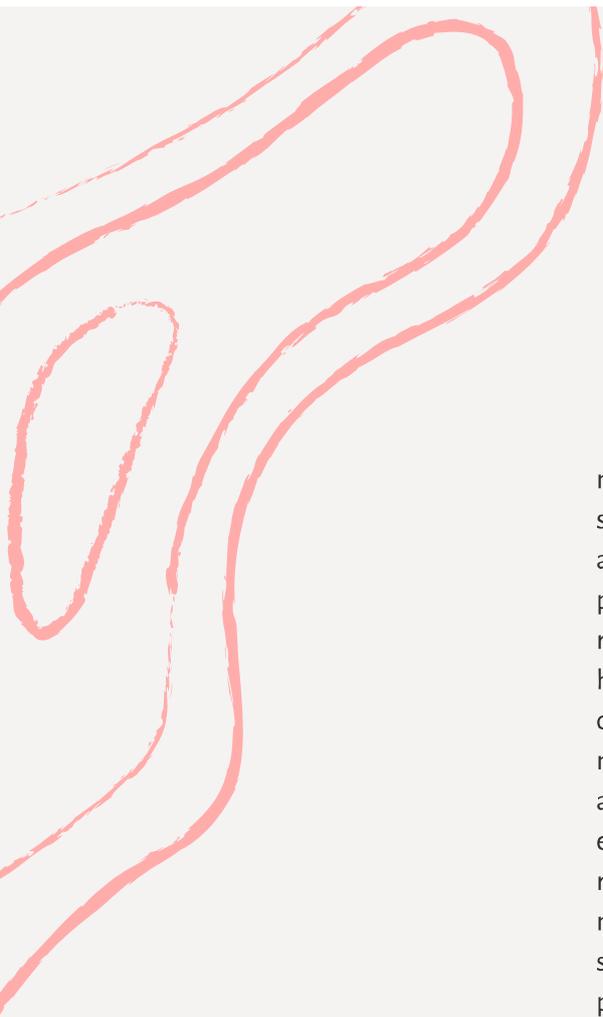
É possível que, diante dessa pergunta, venha à sua mente a imagem de um prédio suntuoso, de feições clássicas, povoado de objetos que dão testemunho de tempos passados ou preenchidos de obras de arte referenciadas e tecnicamente descritas.

Será que essa imagem se ajusta à realidade contemporânea dos museus?

O museu que se entende e se manifesta como repositório de objetos estáticos, comunicados por fichas técnicas existe, claro, mas é parte de um grande panorama, um entre

tantos museus. Estamos tratando de instituições muito diversas em relação às suas diferentes tipologias, abordagens, dimensões e propósitos. Percebe-se, no campo museológico, a preocupação em ampliar as possibilidades para muito além da imagem evocada acima, que reflete um entendimento hegemônico de museu, europeu em sua origem, e que muitas vezes se coloca a serviço de narrativas dominantes.





Os elementos reunidos em museus – aí incluídos o acervo e sua documentação, a edificação, as pesquisas e as ações dirigidas ao público – retratam vivências, memórias, cosmovisões e identidades humanas; se estendem dos campos da criação artística aos das ciências naturais em museus históricos, de arte, de ciências, entre outros. São elementos que estabelecem referências para o desenvolvimento de narrativas sobre essas vivências em seus aspectos subjetivos, históricos, políticos e sociais, mas também para o questionamento dessas narrativas.

Resguardar o espaço para o questionamento é importante, já que os elementos que constituem o museu nem sempre são claros sobre o que ficou fora dele: versões, artefatos, povos, processos. Cultivar e preservar a memória e a identidade de um

povo requer atenção também sobre o que se escolhe não mostrar, não ouvir, não referenciar.

Portanto, alguns questionamentos se fazem necessários: O que está por trás das práticas educativas que têm como suporte os bens patrimoniais e museais? E quais sujeitos sociais estão sendo contemplados e como suas memórias coletivas estão sendo abordadas na educação museal que eu, enquanto professora ou professor, estou desenvolvendo?

Para essa reflexão, trazemos as palavras do poeta e museólogo Mário Chagas para a nossa conversa, em que explica que “dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço. No entanto, dois ou mais sentidos podem ocupar um mesmo corpo patrimonial”(CHAGAS, 2007, p. 215). Com isso, Chagas expõe como os corpos patrimoniais são plurisignificativos, os quais não podem ocupar um mesmo espaço físico, mas podem abarcar diferentes olhares, apropriações e afetamentos. São significações e ressignificações construídas e reconstruídas a todo momento a partir da relação dos sujeitos entre si e com os próprios bens. E nesse jogo, conflitos e dissensos também podem surgir e

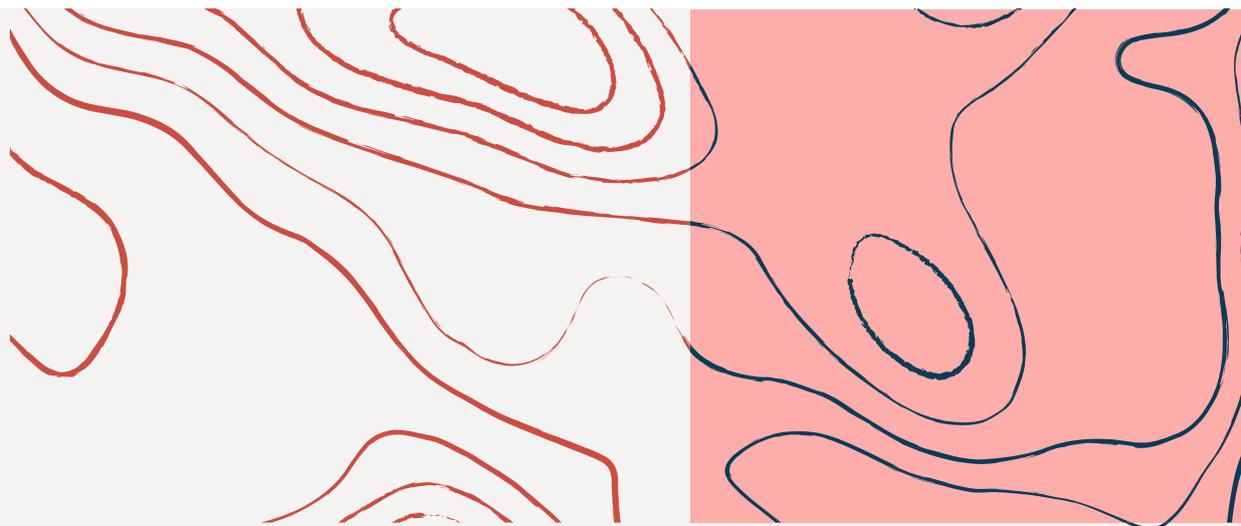
alimentar a vida e a nossa relação com o corpus patrimonial/museal.

É preciso frisar que esse corpus não é só material. Está expresso também na imaterialidade, isto é, nas referências culturais em suas diversas faces, seja nas festas e comemorações populares, nas danças, nos saberes e ofícios tradicionais, nas comidas, nas falas, nas histórias e lendas, em muitos seres inanimados e, sobretudo, nas pessoas, nas gentes que dão vida a todas essas referências.

A educação museal necessariamente, portanto, deve lidar com esses conflitos e com as relações de poder que envolvem o corpo patrimonial/museal, numa perspectiva dialógica, reflexiva e crítica, com a participação efetiva do público,

considerando os diferentes saberes, práticas de preservação e apropriações do patrimônio cultural que foi ou está sendo musealizado. Afinal, um bem só é musealizado porque são as pessoas que lhe atribuem significados e valores, sejam eles afetivos, simbólicos, históricos, artísticos, etc.

Por isso se diz que a memória é um território em disputa pelo poder de eleger as representações da realidade em todos os tempos. As narrativas sobre o passado necessariamente redimensionam a realidade do presente e também do futuro. O museu é, portanto, uma das chaves de que dispomos para interpretar a trajetória humana.



Definir o museu tem sido uma tarefa contínua, que procura abarcar todos os fundamentos já mencionados. Veremos agora como esse esforço se produz em âmbito institucional. As definições apresentadas aqui refletem a consolidação do campo museológico e seu propósito de constituir referenciais para a gestão, fomento, proteção e promoção do **patrimônio cultural musealizado**.

SAIBA MAIS

A **musealização** é um processo por meio do qual alguns objetos perdem sua função original e são recobertos de novos significados, exercendo a função de documento. Trazem então o registro não apenas da passagem do tempo e do contexto histórico-cultural da criação de objetos ou de seus usos, mas possibilitam inter-relacionar os ambientes sociais de espaço-tempos distintos; permitem integrar seu conteúdo informacional à construção de conhecimento, de ética social, de referenciais identitários. Você encontra mais materiais a respeito no site [Saber Museu](#).



O Conselho Internacional de Museus – ICOM (sigla em inglês) vem se ocupando, ao longo de anos, de elaborar definições de museus que pretendem conter suas complexidades, diversidade, propósitos e papéis sociais. As definições propostas pelo Icom, por resultarem de ampla discussão com representantes do setor museológico de vários países e por se conectarem com as reflexões contemporâneas, têm grande influência e repercutem, inclusive, na criação de políticas públicas para o campo museológico.

De acordo com a definição aprovada pelo Icom em 2007,

Um museu é uma instituição permanente, aberta ao público e sem fins lucrativos a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e do ambiente para fins de educação, estudo e deleite.

Em consonância com a aceção acima, o Estado brasileiro, na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, estabelece:

Art. 1º. Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.



SAIBA MAIS

Para uma leitura mais específica sobre o assunto, uma ótima dica é o livro “Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu”, da profa. Maria Célia Moura Santos.

Verifica-se nas duas definições a premissa de que os museus devem servir e ser atravessados pela sociedade cumprindo três funções essenciais: a função científica, que se relaciona à produção do conhecimento e é verificada sobretudo nos processos de pesquisa, preservação e conservação; a função educativa, que possibilita educar por meio e em relação ao patrimônio musealizado, muito manifestada nos diversos aspectos e processos comunicacionais do museu, tais como a exposição, as publicações e a interação com o público; e a função social, na qual a instituição reúne as duas funções anteriores e se torna agente de mudança e desenvolvimento, refletindo os eventos da sociedade e se tornando instrumento de progresso, constituição de identidades e desenvolvimento da cidadania.

Ainda deve ser destacado que o parágrafo único do citado art. 1º do Estatuto dos Museus dispõe que também se enquadram na lei “as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades”. O texto legal, ao trazer a ideia de museus como processo, assume o que já vem sendo amplamente debatido por teóricos do campo da Museologia. É o exemplo da professora e museóloga Maria Célia Santos (2008), que nos ensina que os museus são o resultado das ações dos sujeitos que os estão construindo e reconstruindo a todo momento, portanto, são instituições histórico-socialmente condicionadas e não produto pronto.



É importante frisar que a interdisciplinaridade e a transversalidade são qualidades imprescindíveis aos processos envolvidos na realização das funções museais. Ainda assim, há que se considerar que os museus têm ainda um grande percurso a fazer para atingir esse propósito: boa parte dos brasileiros nunca esteve em um museu. E desses, possivelmente muitos não chegarão a estar.

Mas convém lembrar: a maior parte dos que chegam a visitar museus, em nosso país, é levada pelas escolas.

3. Educação Museal

[...] quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado.

Paulo Freire – Pedagogia da Autonomia

Educação é um termo suficiente em si mesmo, que guarda processos que, em grande medida, estão contemplados na frase acima. Onde quer que aconteçam, os processos educativos se dão de maneira relacional, em comunhão, e geram recursos para a evolução humana nos níveis individual e coletivo.

O mundo ocidental, muito afeito a classificações e ordenamentos conceituais, busca identificar as especificidades dos variados processos educativos e então nomeá-los como particulares. Entretanto, as especificidades ocupam sempre uma pequena parte em relação ao que é comum a todos os processos verdadeiramente educativos. Escuta, empatia, disponibilidade: seja qual for a modalidade, esses são os recursos imprescindíveis para a sua realização. Sem eles, o que acontece é a transmissão de informações.

Feita essa importante consideração, podemos nos voltar ao que é

próprio da Educação Museal e descobrir por que os processos educativos que acontecem no museu, em relação ao museu ou na relação entre museus e escolas são adjetivados dessa forma.

Esses processos se dão a partir de práticas, metodologias e reflexões sobre os aspectos educativos dos museus, desenvolvidos ao longo de mais de 100 anos, considerando a realidade brasileira: o primeiro setor educativo de museu estabelecido no Brasil data de 1927, criado por Roquette Pinto, no Museu Nacional (atualmente vinculado à UFRJ), com o propósito de difusão científica e promoção da experimentação entre estudantes. Mas certamente ações educativas já eram projetadas e realizadas junto aos públicos dos museus, especialmente aos públicos escolares.

SAIBA MAIS

O Museu Nacional, localizado na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, é o museu mais antigo do Brasil, em funcionamento até hoje, e um dos mais importantes do mundo, voltado para a História Natural e Antropologia. Ele foi criado em 1818, dez anos após a chegada da família real ao Brasil. Juntamente com outras instituições culturais e de memória também criadas na época, fazia parte das medidas de modernização e prestígio que o príncipe regente introduz no país. No ano de seu bicentenário, em 2018, o Museu Nacional sofreu um grande incêndio, destruindo grande parte de seu acervo histórico e científico, constituindo uma grande perda para a memória nacional. Inúmeras iniciativas foram e estão sendo desenvolvidas para salvar e resgatar seu acervo.

Você pode visitar o [portal do Museu](#) e também assistir o documentário “Resgates”, que trata da trajetória de salvamento do seu acervo após o incêndio.

SAIBA MAIS

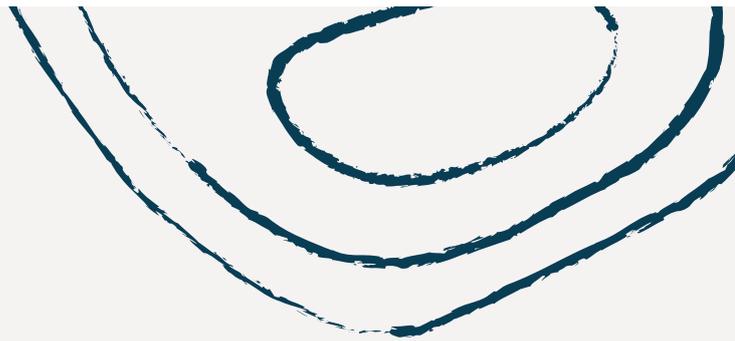
Para conhecer as discussões e orientações geradas nesse evento que marcou grandes transformações no campo museológico, confira o seu documento final, intitulado [Declaração de Santiago](#). Um dos organizadores desse encontro foi Hugues de Varine, uma grande referência para a museologia social e os museus de base comunitária (conhecidos como museus comunitários, ecomuseus, museu integral, museus de vizinhança, entre outros termos). Sua produção e atuação no campo são muitas e bastante influentes. Mas, para um início de leitura, sugerimos conhecer seu livro “Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local”.

Novamente nos reportando a Mário Chagas, o aspecto educativo do museu é satisfatoriamente comunicado pelo termo dimensão educativa museal, “com o sentido de medida, extensão, volume, grau de potência, qualidade e caráter próprio de determinadas entidades museais no que se refere à educação e ao lazer” (CHAGAS, 2002, p. 47). Mário faz essa proposta em razão de uma compreensão tradicional segundo a qual as funções básicas, comuns a todos os museus, seriam a **preservação**, a **investigação** e a **comunicação**. De toda forma, o termo dimensão serve à expressão da inerência do caráter educativo dos museus, reconhecido inclusive em seus inícios, quando consistiam em coleções que se associavam à pesquisa científica.

A educação em museus foi recorrentemente discutida no âmbito museológico em todo o mundo. A Unesco realizou, ao longo da década de 1950, três seminários em que aspectos educativos dos museus foram abordados: **O Seminário Internacional sobre o papel dos museus na educação**, em Nova Iorque, em 1952; o **Seminário Internacional sobre o papel dos museus na educação**, em Atenas, em 1954; e o **Seminário Regional sobre a função educativa dos museus**, em 1958, no Rio de Janeiro.

A Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972, demarcou, no campo da museologia, uma senda fortemente voltada ao entendimento dos museus e processos museais como elementos de transformação da sociedade, tomada, por sua vez, como motor e razão de ser, conforme as ideias apresentadas por Hughes de Varine naquela ocasião.





Esses são fundamentos que, junto ao conceito de Museu Integral – também um aporte resultante das discussões realizadas na Mesa de Santiago do Chile –, se mostraram muito aderentes às metodologias e princípios filosóficos formulados pelo educador Paulo Freire. Proponente de uma educação para a autonomia cidadã, libertadora e dialógica, Freire sustentava que ela se realiza a partir da relação com os conhecimentos e as percepções da realidade trazidos pelo educando para um processo pedagógico que constitui e forma também o educador.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos

alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”(FREIRE, 1989, p. 39). Dessa percepção expressa por Paulo Freire, podemos depreender que todos têm o que aportar aos processos educativos. São reflexões motivadas e dirigidas às escolas, mas que contagiaram vários âmbitos da educação no Brasil e em toda a América Latina. São ideias que põem em valor a **formação integral**, que extrapola o espaço-tempo escolar e inclui as aprendizagens realizadas em todos os âmbitos da vida, compreendida desde sua potência política e afeita à realidade das regiões em desenvolvimento, especialmente ao nosso continente em toda a sua diversidade cultural e identitária.

SAIBA MAIS

O [Caderno da Pnem](#) traz um verbete especiais a respeito dos conceitos de **museu integral** e **formação integral**. Não deixe de conferir! No site Saber Museu, mais materiais sobre [Educação Museal](#).

Também devemos destacar que a Educação Museal não se restringe à existência de um serviço de mediação conduzido por um educador museal; compreende uma série de possibilidades e recursos metodológicos fundamentados teoricamente, com a finalidade de gerar conhecimento e vivências significativas de forma dialógica e participativa.

Em diálogo com essa perspectiva, trazemos uma proposta conceitual de educação museal apresentada pelas educadoras e educador museal Andréa Costa, Fernanda Castro, Milene Chiovatto e Ozias Soares, no Caderno da PNEM:

A Educação Museal envolve uma série de aspectos singulares que incluem: os conteúdos e as metodologias próprios; a aprendizagem; a experimentação; a promoção de estímulos e da motivação intrínseca a partir do contato direto com o patrimônio musealizado, o reconhecimento e o acolhimento dos diferentes sentidos produzidos pelos variados públicos visitantes e das maneiras de ser e estar no museu; a produção, a difusão e o compartilhamento de conhecimentos específicos relacionados aos diferentes acervos e processos museais; a educação pelos objetos musealizados; o estímulo à apropriação da cultura produzida historicamente, ao sentimento de pertencimento e ao senso de preservação e criação da memória individual e coletiva. É, portanto, uma ação consciente dos educadores, voltada para diferentes públicos (2018, p. 73-74).

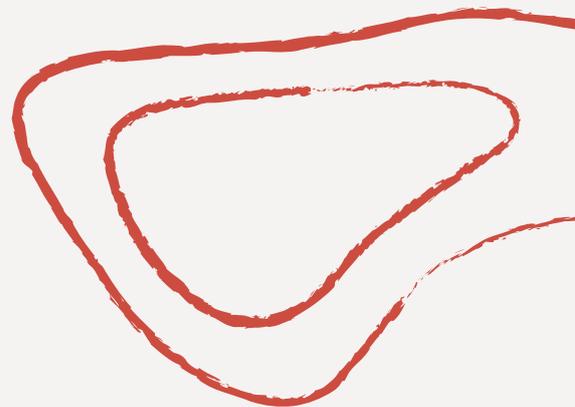


Ainda complementam que a educação museal não tem como foco o acervo ou os objetos em si, mas a formação dos sujeitos em constante interação com os bens musealizados, numa atuação que visa a formação crítica e integral das pessoas, sua emancipação e atuação consciente na sociedade com o fim de transformá-la.

Assim como na educação formal, os educadores museais ocupam-se de várias etapas do processo educativo que são menos evidentes do que as visitas mediadas ou as aulas: o diagnóstico, a pesquisa, o planejamento de ações, o registro dessas ações e a sua avaliação. Exatamente por ser sistematizada, há alguma discussão quanto a ser uma modalidade de **educação não formal**. Mas é importante considerar aqui o seu caráter episódico: as ações educativas em museus são elaboradas tendo em conta que seus objetivos de aprendizagem e proposições deverão se realizar em uma ocasião.

Por isso seu caráter vivencial é tão importante. São muito diversas as atividades e recursos desenvolvidos no âmbito das ações educativas em museus: visitas mediadas, encontros com professores, ações voltadas para as famílias, oficinas de férias, folhas de atividades, visitas-conferência, ateliês, visitas teatralizadas ou musicalizadas, jogos, kits pedagógicos / exposições itinerantes, audioguias e videoguias com tradução em Libras são alguns exemplos.

Mais à frente, vamos conhecer alguns exemplos de ações educativas desenvolvidas em museus ou por museus no Distrito Federal.



4. Política Nacional de Educação Museal

Os museus brasileiros estiveram historicamente contemplados pelas políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural brasileiro estabelecidas desde a criação de importantes órgãos nacionais relacionados à memória histórica e artística do Brasil, especialmente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, há mais de 80 anos, em 1937.

Ainda assim, por algum tempo, persistiu a carência de uma política federal que orientasse especificamente a ação do Estado dirigida ao setor museológico, por meio da instituição de políticas públicas. Em 2003, respondendo a essa necessidade e às mobilizações dos profissionais do campo museal, foi instituída a Política Nacional de Museus - PNM.

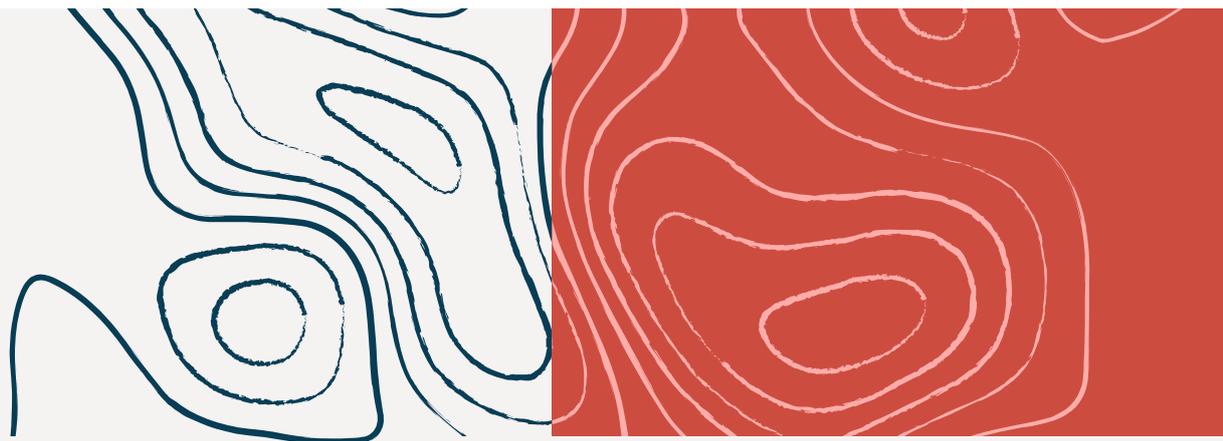
Essa institucionalização gerou, entre seus contínuos desdobramentos, as Leis e decretos dirigidos ao campo: o [Estatuto de Museus](#) e a criação do [Instituto Brasileiro de Museus](#) - Ibram.

O Ibram passou então a criar instrumentos para a implementação da PNM: foram estabelecidas políticas específicas, editais, programas, eventos e ferramentas para o fortalecimento do campo museológico em vários âmbitos.

Entre esses âmbitos, a Educação Museal: entre 2010 e 2017, deu-se um processo de grande interlocução entre museus – sobretudo seus educadores –, as **Redes de Educadores em Museus - REMs**, e o poder público, no qual foram gerados estímulos para a reflexão da área museológica.

SAIBA MAIS

As Redes de Educadores em Museus – REMs são, na sua maior parte, organizações voluntárias de profissionais que atuam ou que sejam interessados no campo da educação museal. Atualmente existem várias REM em diferentes estados, inclusive no Distrito Federal. Aqui, ela é chamada de REMIC-DF – Rede de Educadores em Museus e Institutos Culturais do DF. Quem quiser conhecer mais e fazer parte dessa rede, pode entrar em contato pelo Instagram e pode consultar seu [blog](#), onde constam o histórico de sua primeira etapa. Para saber mais sobre REMs e até mesmo criar uma, acesse o Espaço REM, no [site da Política Nacional de Educação Museal](#).



Foram criados diversos fóruns de discussão em âmbito virtual e presencial em torno dos temas: Perspectiva Conceitual; Gestão; Profissionais da Educação Museal; Formação, Capacitação e Qualificação; Redes e Parcerias; Estudos e Pesquisas; Acessibilidade; Sustentabilidade; Museus e Comunidade. Essa mobilização gerou propostas e sugestões que depois foram sistematizadas em princípios e diretrizes organizados em três eixos da Política Nacional de Educação Museal - PNEM: a) Gestão; b) Profissionais, Formação e Pesquisa; c) Museus e Sociedade.

A [PNEM](#) foi institucionalizada por meio da [Portaria/Ibram nº 422, de 30 de novembro de 2017](#) e é um marco importante da mobilização do campo e da atuação das REM, estabelecendo parâmetros para o desenvolvimento do trabalho em Educação Museal nas instituições e processos museais do Brasil.

SAIBA MAIS

[Aqui](#) você pode conhecer um pouquinho mais sobre a PNEM.



Em 2018, foi publicado o [Caderno da PNEM](#). Nele, você encontra um breve histórico do desenvolvimento do campo da Educação Museal no Brasil, o relato do processo de desenvolvimento e de construção participativa da PNEM; a memória da criação das REM e sua atuação para a viabilização da participação da sociedade civil no texto da política.

Vários dos conceitos recorrentes nas discussões que constituíram o processo de construção da PNEM, aqui chamados de conceitos-chave, são apresentados no Caderno em definições detalhadas elaboradas por profissionais e acadêmicos especialmente convidados. O Caderno reúne também os documentos balizadores da PNEM, como a Carta de Petrópolis, a Carta de Belém, a Carta de Porto Alegre e a Portaria/ Ibram nº 422/2017.

Hoje, reconhecemos a PNEM como um valioso marco, não um ponto de chegada. A diversidade das instituições museais brasileiras, a disparidade na distribuição de recursos de toda ordem, a dimensão continental do país, a precarização do serviço público e a mobilização da sociedade civil estabelecem as condições que devem ser consideradas para que a Política se ajuste à realidade e ao mesmo tempo estabeleça horizontes para as nossas ações.

5. As escolas e a Educação Museal

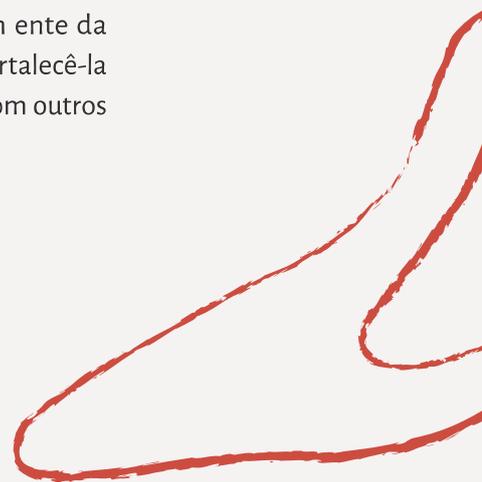
Museu e escola: dois espaços de construção do conhecimento, mas também de construção humana.

A parceria entre as duas instituições vem sendo estimulada ao longo de várias décadas por órgãos vinculados à educação, à cultura e ao setor de museus, como a Unesco e o Icom. Mesmo o senso comum percebe benefícios nessa parceria, mas talvez falte aos museus e escolas o reconhecimento de sua potencialidade.

Antigamente, a ida ao museu era utilizada como mera ilustração da matéria vista em sala de aula, reduzindo as possibilidades da experiência museal, mas também impossibilitando à escola a exploração de novas camadas e interpretações de um assunto. A associação da visita ao museu a conteúdos curriculares pode ensejar visões mais ricas, pode ser uma

forma potente de ampliação de conhecimentos, possibilidade de formação de visão crítica, compartilhamento de saberes e memórias.

Já caracterizamos aqui o museu como uma instituição de ensino não-formal. Sabemos que a escola é um ambiente de educação formal. A mudança de referenciais gerada nesse encontro não apenas dinamiza os processos de aprendizagem e vivências culturais, mas as próprias instituições. Para a escola, o reconhecimento de que é um ente da formação integral pode fortalecê-la por meio da articulação com outros campos e instituições.



Quando a escola vai ao museu, a espaços culturais ou mesmo a lugares históricos, todos os sentidos são acionados. Os estudantes lembram, duvidam, se emocionam, conhecem, experimentam, fazem conexões e elaboram sentidos e significados para as coisas do mundo. Os professores, ao acompanhá-los, conhecem novas facetas de seus alunos, das interações entre eles, de seus temas. O desejo de novas buscas contagia a todos.

O museu precisa também descobrir a escola. A sua suposta autonomia para o desenvolvimento de ações educativas muitas vezes encontra limites logísticos, de recursos humanos e financeiros.

A parceria com as escolas pode ser para os museus uma importante chave para sustentabilidade e para a longevidade de bons projetos e ações educativas.

O público escolar geralmente é considerado central para o desenvolvimento das ações educativas museais. É um público constante, é um público em formação, e as crianças são, muitas vezes, os agentes da inclusão do museu nos vocabulários e no panorama cultural familiar. Há trabalhos elaborados no campo museológico que apontam esse como sendo o maior público dos museus brasileiros em número. As escolas são agentes fundamentais do processo de democratização dos

museus e os estimulam a produzir acessibilidade em nível físico, sensorial, social, econômico e simbólico, dimensões importantes da inclusão, conforme nos lembra a educadora Gabriela Aidar :

“Processos inclusivos deveriam propor, para além de um maior acesso às instituições museológicas, o desenvolvimento de ações que tenham impacto político, social e econômico, e que podem ter alcance tanto a curto quanto a longo prazo.”
(2002, p. 59-60)



Por outro lado, há peculiaridades desse público que são muito desafiadoras para os educadores museais: as visitas únicas não permitem o estabelecimento de um vínculo maior com o espaço e os educadores, de modo que estes não conhecem a fundo as necessidades específicas de cada grupo. Além disso, o tempo disponível é muito limitado, não permitindo uma vivência que vá muito além da apresentação do espaço. Muita criatividade nessa hora para gerar interesse, encantamento e inspiração!

Especialmente em relação ao currículo do 5º ano que aborda a cidade e o DF em seus processos de formação, história e dimensão patrimonial, a ativação dessa rede gera grandes impactos na vida dos estudantes, na sua relação com a cidade, na sua apropriação afetiva do patrimônio cultural musealizado.

Faz-se fundamental o desenvolvimento de uma maior mobilização interinstitucional, que inclua também a viabilização de transportes e disponibilização de lanches para as visitas às instituições. Efetivamente, esses são aspectos primordiais que dependem do envolvimento de outros agentes, seja da iniciativa pública ou privada, já que museus e escolas geralmente não podem garantir essas condições.

6. Projetos educativos em museus no Distrito Federal

A abordagem integrada da relação museu-escola responde à proposta de formação humana contemplada na PNEM, na compreensão do museu como um espaço de educação a ser integrado a outros, promovendo a ampliação e diversificação do desenvolvimento humano. Efetivamente, sua formação integral.

E, ao chegar ao final deste módulo, vamos conhecer algumas experiências de práticas educativas em museus e espaços de memória no Distrito Federal. Os casos aqui listados são exemplificativos, muitas outras iniciativas acontecem ou aconteceram em diferentes

instituições. A partir deles, você pode pesquisar outras experiências e se enveredar no mundo dos museus, verificando como eles são uma importante ferramenta para a nossa prática educativa e ampliação do olhar (dos professores e alunos) em relação ao patrimônio cultural musealizado.

Desejamos que o panorama apresentado neste módulo os convide a realizar essa integração (museu-escola) na construção do ofício docente!





- **Na trilha dos Azulejos**

[Na Trilha dos Azulejos](#) foi um programa de educação patrimonial realizado de 2009 a 2012, voltado para crianças dos 4º e 5º anos do ensino fundamental das escolas públicas do Distrito Federal. Integrava educação em artes visuais, história e educação patrimonial tendo como foco a arte de Athos Bulcão, autor de uma obra fortemente associada à identidade visual de Brasília.

- **Ponto de Memória da Estrutural**

O [Ponto de Memória da Estrutural](#) é um museu de base comunitária, gerido por lideranças e representantes de diversos grupos, coletivos e movimentos da cidade, para pensar e desenvolver ações voltadas à valorização das histórias e memórias daquela localidade, que estão fortemente atreladas às suas lutas e resistências pelo direito à moradia, condições dignas de habitabilidade, espaços de trabalho e lazer. A própria experiência de criação e gestão desse **ponto de memória** é um processo educativo, que, para realização de suas ações, envolve rodas de diálogo, decisões coletivas, inventário participativo, registros audiovisuais, escolha e seleção de objetos que retratem as identidades e memórias coletivas, bem como curadorias participativas na organização e montagem de exposições.

SAIBA MAIS

O Programa Pontos de Memória, concebido e implementado pelo Ibram, visa estimular iniciativas da sociedade civil, pautadas no protagonismo comunitário e na gestão participativa, com foco na identificação, pesquisa e promoção do patrimônio cultural. Muitas dessas iniciativas culminaram na criação de museus comunitários, autônomos do poder público.



- **Museu da Educação do Distrito Federal**

O Museu da Educação do Distrito Federal está com sua sede física em fase de implantação, mas já funciona virtualmente, podendo ser conhecido pelo portal www.museudaeducacao.com.br. Tem como finalidade ser um espaço cultural e educativo que revela as histórias e o pioneirismo da construção do sistema de ensino de Brasília. O seu programa educativo compreende que o patrimônio cultural de uma comunidade pode se tornar uma atividade educativa estimulante para desvelar conhecimentos e propiciar o aprendizado intergeracional, por meio das histórias dos participantes e de suas narrativas pessoais.

- **Projeto Territórios Culturais**

O [projeto](#) resulta de parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC). Prevê ações de educação patrimonial com o objetivo de oportunizar aos estudantes da rede pública de ensino do DF o acesso aos equipamentos museológicos e culturais da cidade, a fim de reconhecer, valorizar e se apropriar afetivamente dos bens culturais por meio dos processos de mediação cultural e integração entre os territórios que são igualmente educativos e culturais.

Referências

AIDAR, Gabriela. Museus e inclusão social. Ciências & Letras. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 31, p. 53-62, 2002.

CASTRO, Fernanda S. R. (2019). A construção do campo da educação museal: políticas públicas e prática profissional. In Revista Docência e Ciber cultural. V. 3, nº 2, mai/ago 2019, Rio de Janeiro/RJ, pp 90-114.

CHAGAS, Mário. Museus de ciências: assim é se lhe parece. In: Caderno do Museu da Vida - O formal e o não-formal na dimensão educativa do museu 2001/2002., Rio de Janeiro: Museu da Vida, 2002, pp. 46-59

_____. Casas e portas da memória e do patrimônio. In Revista Em Questão, Porto Alegre, V.13, nº 2, p.207-224, 2007.

FAZENDA, Ivani. O que é interdisciplinaridade?. São Paulo: Cortez. 2008.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social. Brasília/DF: IBRAM/Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e Cultura, 2016.

_____. Caderno da Política Nacional de Educação Museal. Brasília/DF: IBRAM, 2018.

_____. Educação museal: histórico, conceitos e práticas. Curso a distância em elaboração.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU, 2008.

www.museudaeducacao.com.br

www.museus.gov.br

<https://pnem.museus.gov.br/>

<https://sabermuseu.museus.gov.br/>

<http://remic-df.blogspot.com/>

www.unesco.org